

I CONFERÊNCIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - VITÓRIA - ES

	PRINCÍPIOS
1	Garantir a participação social nos processos de formulação, regulamentação e implementação de políticas de universalização de serviços públicos básicos.
2	Recomposição do pacto federativo com instancias intermediaria de governança com uma agenda onde a reforma da política tributaria nacional seja prioritária.
3	Garantia da participação social nos processos de formulação, regulamentação e implementação da PNDR.
4	Garantia de padrão de qualidade em todas as instituições de ensino, bem como da oferta dos insumos próprios a cada nível, etapa e modalidade de ensino.
5	Estabelecer novos arranjos de governança entre setores público, privado e a sociedade civil que promovam a criatividade e a inovação nas localidades.
6	Criar condições de acesso mais justo e equilibrado aos bens e serviços públicos no território capixaba, reduzindo as desigualdades.
7	Institucionalização das ações do desenvolvimento regional através de uma política de descentralização explícita que oriente as ações de interiorização através dos bancos de fomento, através do orçamento e da integração das ações setoriais.
8	Redução das desigualdades econômicas regionais.
9	Criação de um sistema nacional de educação articulado a um sistema nacional de desenvolvimento regional.
10	Universalização da educação básica pública, por meio do acesso e permanência na instituição educacional.
11	Garantia de eficiência e transparência no uso dos recursos públicos e privados, buscando a qualificação do aprendizado em todos os níveis através da determinação de metas, monitoramento e ampla divulgação de resultados (inclusive de custeio).
12	Parcerias Público-Privadas – PPP: Estabelecer parcerias entre a Administração Pública e a Iniciativa Privada com o intuito de viabilizar a implementação dos projetos.
13	Concessão: Visando o desenvolvimento das estradas, rodovias, portos e aeroportos, as concessões tem o potencial de garantir a manutenção das infraestruturas por um longo período.
14	Difundir o papel de relevo da atividade cultural no desenvolvimento humano, mobilizando as administrações públicas municipais para as questões culturais e a sua importância na evolução conjunta de nosso Estado.
15	Respeito e valorização da diversidade territorial.
16	Fortalecimento da capacidade inovativa da economia capixaba.
17	Respeito e valorização da diversidade territorial e meio ambiente.
18	Sociedade deve ser a protagonista – governo deve ser o instrumento político e facilitador desta construção.
19	Fortalecimento das Microrregiões do estado através de políticas públicas para as regiões.
20	Respeito aos princípios e pactos federativos estabelecidos nos processos de formulação, regulamentação e implementação da PNDR.
21	Sustentabilidade com objetivo no desenvolvimento regional.
22	Estado adotar a visão territorial como sua politica de inclusão social produtiva econômica e ambiental.
23	Implementar participação da sociedade civil.
24	Estimular recursos públicos e, especialmente, privados.
25	Dividir responsabilidades e compartilhar a gestão desta área tão fundamental na organização da sociedade contemporânea, articulando interesses e problemáticas regionais e viabilizando, assim, a implementação de estratégias de solução junto aos municípios.
26	Diversificação da estrutura produtiva capixaba.
27	Analisar e delimitar a vocação de cada região.
28	Governos devem considerar inovação não tecnológica para o aumento da competitividade (incentivo ao desenvolvimento do design como estratégia empresarial) e não somente em P&D (produtos e processos).
29	A sociedade como partícipe dessa construção capital social.
30	Respeito aos princípios e pactos federativos - pacto cooperativo entre estados, microrregiões e municípios

31	Sustentabilidade com competitividade (atratividade) industrial.
32	Financiamento Público à Infraestrutura: Mobilização junto à classe pública para conscientização da importância da destinação de recurso público como vetor de desenvolvimento.
33	Combinação entre políticas “de baixo pra cima” e “políticas de cima pra baixo”. Atenção às políticas transversais.
34	Realismo ao estabelecer o Plano de Política Regional superando fronteiras tradicionais entre estados e regiões.
35	Regulamentação do regime de colaboração.
36	Implementar representatividade local integrado ao regional.
37	Concessão clara da infraestrutura.
38	Respeito à dinâmica federativa específica dos entes subnacionais.
39	Integralidade.
40	Precaução.
41	Criar e instalar e assegurar o aporte de recursos o fluxo de recursos permanentes e assegurar.